

As opções de primeira página de dois diários de referência em dois momentos cruciais da vida política

Hália Costa Santos

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (Instituto Politécnico de Tomar) e
Mediascopio (Universidade do Minho)

Resumo

O objectivo deste estudo é o de verificar as diferenças e/ou concordâncias, através das opções editoriais visíveis nas primeiras páginas, por parte do Público e do Diário de Notícias (DN) face aos primeiros 100 dias dos Governos de Durão Barroso (2002) e de Santana Lopes (2004). Considerando que estes são dois períodos cruciais do quinquénio, entendeu-se que o posicionamento destes dois jornais (considerados como os dois principais diários de referência) em relação a esses dois períodos deveria ser analisada.

Logo à partida estavam presentes dois elementos que deveriam ser sujeitos a especial atenção:

1. Enquanto José Manuel Fernandes é o director do Público nos dois períodos analisados, em 2002 o DN tem como director Mário Bettencourt Resendes e em 2004 o director deste diário é Fernando Lima. Esta constatação pode introduzir alguma diferença, até porque Fernando Lima saiu directamente da assessoria de imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Durão Barroso para a direcção do DN, numa altura em que a coligação PSD/CDS se mantinha no poder.
2. Os analistas políticos reconhecem, nas Legislativas de 2005, que, ao contrário do Governo de Durão Barroso, o Governo de Santana Lopes não teve “estado de graça”.

Perante estas duas constatações, importa reflectir:

1. Pelo facto de manter, ou não, o director, terão os jornais de referência mudado o seu posicionamento nos dois momentos em análise?
2. Terão os dois jornais, ou algum deles, mostrado um comportamento diferente perante os dois Governos, tendo em conta que o “estado de graça” era, supostamente, diferente?

Contextualização

A associação cívica SEDES divulgou, em Janeiro de 2005, um documento de reflexão intitulado “Portugal: afrontar os desafios, assegurar o futuro”. Este documento, que marcou a actualidade no dia em que foi divulgado (DN, 18/Janeiro/2005), exige dos partidos políticos compromissos sérios em três áreas fundamentais: finanças públicas, competitividade e crescimento e, ainda, sistema político. Nesta última área surgem considerações sobre o relacionamento entre os políticos e os media. Defendendo que “Portugal começa a apresentar sinais evidentes de ingovernabilidade, que é necessário atalhar”, o documento aponta duas situações que têm directamente a ver com os media:

“A agenda política é cada vez mais condicionada pela agenda mediática que, na ausência de referenciais deontológicos geralmente reconhecidos e institucionalmente assegurados,

se tem deixado subordinar aos critérios da trivialidade e do espectáculo de massas. A acção política tende assim a sucumbir frequentemente ao populismo e ao imediatismo, com sacrifício dos resultados mais duradouros.”

“A prática mediática tem sido muito marcada por um enviesamento negativista (explorando e ampliando os aspectos negativos da realidade e da acção) e pela tendência de, sob esse enviesamento, referendar continuamente a acção política, fazendo caminhar o regime, de uma democracia representativa, de mandato político, para uma democracia populista, de base emocional.”

Embora tenha um enfoque implícito no caso da televisão (com referência ao “espectáculo de massas”), esta análise refere-se à generalidade dos media. Assim sendo, estarão também os órgãos de comunicação social de referência a sucumbir à referida lógica populista e negativista no que diz respeito ao tratamento dos temas da política? Mais ainda, estarão a sucumbir a outros interesses que vão para além do interesse público? Ou estarão a alinhar na “moda” de confundir a actualidade política com “tricas” ou meros “*sound bites*” (muito barulho e pouco conteúdo)¹?

Análise das primeiras páginas de dois diários de referência em dois momentos

Considerando que as primeiras páginas são a montra daquilo que os jornais têm no seu conteúdo, o “produto” que consideram mais interessante para o leitor/cidadão, é a análise dessa componente que aqui se faz. Tendo em consideração o relacionamento entre a política e os media que anteriormente se fez, o objectivo deste estudo é identificar as opções feitas, em termos de primeira página, por dois jornais diários de referência em dois momentos cruciais do quinquénio: os 100 primeiros dias do XVI Governo Constitucional (6 de Abril a 14 de Julho de 2002) e os 100 primeiros dias do XVII Governo Constitucional (17 de Julho a 24 de Outubro de 2004). Mais concretamente, que destaque foi dado à actividade governamental pelo Público e pelo Diário de Notícias (DN) nas primeiras páginas das 100 edições que se seguiram à tomada de posse do Governo de Durão Barroso (2002) e à tomada de posse do Governo de Santana Lopes (2004).

¹ Baseado na ideia de João Paulo Meneses: “Poucas áreas do conhecimento, transformadas em notícia, têm a importância da actualidade política. Mesmo que – como nos últimos tempos tem acontecido em Portugal – seja moda desvalorizá-la e confundi-la (justa ou injustamente...) com ‘tricas’ ou meros ‘*sound bites*’ (muito barulho, pouco conteúdo...)” (p. 259)

Isabel Nery (2004) lembra que os órgãos de comunicação social se deparam, todos os dias, com duas tarefas fundamentais: “Primeiro, decidir que temas devem ser tratados num determinado momento. Segundo, dentro dos temas já seleccionados, quais terão direito a destaque e a que tipo de destaque (topo ou baixo de página, tamanho, página par ou ímpar, chamada à capa e, dentro desta, é preciso definir de novo uma hierarquia de importância)” (p.3). Para além dos exclusivos que resultam da investigação de cada jornal, em geral, a hierarquização dos temas da actualidade não varia muito nos jornais de referência. Há assuntos que são, inquestionavelmente, importantes para o chamado “leitor médio” dos periódicos que se pautam pela procura da “qualidade”.

Quanto à importância da primeira página, Nery explica que “é na capa que encontramos a selecção máxima e as maiores apostas de um periódico”.

“Embora cada jornal atribua pesos diferentes às suas primeiras páginas, nenhuma publicação descarta esse destaque. Bem pelo contrário, é na primeira página que deve estar o melhor do jornal, seja pelo tema, pelo tratamento ou por ambos.

A primeira página é, aliás, o espelho, a montra da publicação. O aspecto gráfico, a cor, o tipo de letra, a tituleira e, mais uma vez, os temas, procuram definir a que público se destina, e são essas características que dizem ao leitor o que é que vai encontrar lá dentro assim que começar a folhear o jornal.” (Nery, 2004:9)

Análise das primeiras páginas

1. Objectivo da análise

O objectivo desta análise das primeiras páginas é múltiplo. Logo à partida, quantificar as referências relativas a assuntos de política governamental em cada um dos jornais analisados, nos períodos em questão. Por um lado, verificar qual a importância (tipo de destaque), em termos de primeira página, que Público e DN atribuíram aos temas relacionados com os novos Governos. Por outro lado, identificar quais os assuntos que têm “privilégio”. Finalmente, e certamente mais subjectivo, analisar o tom das chamadas à primeira página.

Se, por um lado, se pretende verificar paralelismos ou divergências entre os dois diários, por outro lado, procura-se identificar, ou não, uma linha contínua de opções em cada um dos jornais, na comparação entre o tratamento dado em 2002 (Governo de Durão Barroso) e o tratamento dado em 2004 (Governo de Santana Lopes).

2. Acontecimentos relevantes

Para além das questões que directamente estão relacionadas com o Governo, houve outros assuntos que marcaram a actualidade nos 100 primeiros dias coincidentes com o Governo de Durão Barroso. São eles, a nível nacional, o Caso Moderna, a Crise dos Renovadores no PCP, a Nova Lei das Rendas, o Fim do Crédito Bonificado e a Alteração do Rendimento Mínimo. A nível internacional tiveram destaque a Escalada de Violência no Médio Oriente, as Eleições Legislativas em França, o Mundial de Futebol 2002, Crise em Timor e o Assassinato do Líder de Extrema-direita Holandês.

Já nos 100 primeiros dias do Governo de Santana Lopes, marcaram a actualidade, a nível nacional, o Processo Casa Pia, o Negócio da Galp, a Vaga de Incêndios, novamente a Lei das Rendas, a Demissão do Director da PJ, as Eleições no PS, a Crise das Cassetes, o Episódio do “Barco do Aborto”, a Explosão na Galp de Leixões, os Erros no Concurso de Professores e as Portagens nas Scut. A actualidade internacional foi marcada pela Presidência de Durão Barroso da Comissão Europeia, pela Crise no Iraque, pelos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas, pela Crise Petrolífera, pelas Eleições Presidenciais dos Estados Unidos (Bush/Kerry) e pelo Massacre na Chechénia. Porque este é um estudo que tem um enfoque especial na questão dos media, convém sublinhar que, no período em análise de 2002 estiveram em discussão pública a Questão da RTP e a Polémica da Lei da Televisão. No período em análise de 2004, discutiu-se sobretudo a intenção do Governo de Santana Lopes criar uma Central de Comunicação e o Caso Marcelo.

3. Grelha de análise

Para esta análise foi construída uma grelha com quatro aspectos:

- Quantidade de chamadas
- Destaque das chamadas
- Assunto das chamadas
- Tom das chamadas

Antes de se passar à análise, convém explicar cada um dos parâmetro que serão objecto de tratamento. A “quantidade de chamadas” (ou referências) é critério puramente objectivo.

Quanto ao “destaque das chamadas”, optou-se por encontrar quatro grandes grupos (manchete, 2º tema, chamada e título) e subdividir cada um deles (com ou sem foto). Neste campo sublinha-se que, uma vez que o DN, no período em análise, não tem essa

opção, as chamadas sombreadas ou destacadas pelo Público são simplesmente consideradas como “chamadas”.

Os “assuntos das chamadas” mais óbvios dizem respeito aos diferentes ministérios, que se apresentam individualizados. Separaram-se também assuntos que dizem respeito ao “Governo” enquanto um todo, ao “primeiro-ministro” e a Paulo Portas.

Uma vez que muitas outras chamadas às primeiras páginas não se enquadravam em nenhuma destas categorias, decidiu-se criar o grupo “internos” e “externos”. Por “internos” entendem-se os assuntos que tenham a ver com o Governo ou com algum dos ministérios, embora se trate de organismos dependentes (exemplo: “Maria José Nogueira Pinto vai ser provedora da Misericórdia”). Por externos entendem-se os assuntos que tenham origem fora do Governo mas que a ele digam respeito (exemplo: “PS acusa Governo de se querer esconder atrás da polémica do défice”). Finalmente, tendo em conta o âmbito deste estudo (centrado nos media) e o elevado número de chamadas sobre outros dois assuntos internos, optou-se por autonomizá-los. São eles a “RTP” e a “Televisão” (que em 2002 é relativa à “Lei da Televisão” e em 2004 é relativa ao “Caso Marcelo”).

A questão do “tom das chamadas” é, sem dúvida, a mais subjectiva. No entanto, se um dos objectivos deste trabalho é o de tentar verificar se existe um posicionamento a favor ou contra o Governo em cada um dos jornais analisados, esta categoria revelou-se fundamental. Assim, identificam-se como “positivos” os assuntos que claramente são a favor do Governo, seja através de uma ideia positiva (ex: “Revogação da lei que regula o ensino superior; ministro da Ciência e Ensino Superior cumpre promessa do PSD”), seja através de ideias que são assumidas pela maioria da população como benéficas (ex: “Pensões mínimas vão ser iguais ao salário mínimo nacional”).

Consideram-se “negativos” os assuntos que podem ter algum efeito prejudicial no Governo, seja através da utilização de palavras com um tom pessimista (exs: “aumento”, “fatal”, “contra”, “chumba”, “polémica”, “divergências”, “fracasso”, etc), seja através de ideias que normalmente não acolhem a simpatia da maioria da população (ex: “Prescrição de dívidas de 2,8 milhões de euros ao fisco ficou impune”) ou, ainda, através de erros governamentais (ex: “Ministério da Justiça enviou 6800 cheques em branco”).

Na categoria de “neutros” encontram-se aqueles assuntos que, à partida, não têm uma influência directa na imagem que a opinião pública tem do Governo (exs: “Euro 2004 vai estreitar sistema anti-hooligans”, “Exames nacionais começam amanhã”, “Rui Pereira assume direcção do Instituto do Livro e Bibliotecas”).

Quando não é possível identificar as repercussões do assunto, aplica-se a categoria de “indefinido” (exs: “Durão promete aeroporto internacional para Beja”, “Celeste Cardona quer mexer no segredo de justiça”, “Governo vai fundir organismos da droga”).

4. Apresentação de dados

No que diz respeito às primeiras páginas, a opção mais frequente do Público é a de, por um lado, destacar um tema na forma de manchete e, por outro lado, fazer sobressair um outro tema com o apoio de uma fotografia, naquilo que aqui se designa como segundo tema. Identificam-se ainda as chamadas (título com texto), frequentemente “arrumadas” numa coluna à esquerda mas também visíveis noutros espaços da primeira página. Por fim, os títulos, sem localização especial.

Quanto ao DN, a maioria das primeiras páginas apresenta uma opção semelhante, com uma manchete (quase sempre sem foto) e um segundo tema (quase sempre com foto). No entanto, em 2002, este diário apresenta, em quase todas as suas primeiras páginas, um cabeçalho onde, através de títulos com ou sem foto, destaca outros temas. As chamadas (com ou sem foto) são maioritariamente colocadas debaixo da manchete, em rodapé ou numa coluna à direita.

Analisadas as 400 primeiras páginas, verifica-se, logo à partida, um padrão semelhante de comportamento do Público e uma alteração significativa no DN. Enquanto o Público tem, nas suas primeiras páginas, 180 referências em 2002 e 186 em 2004, o DN apresenta 148 em 2002 e 250 em 2004. Ou seja, o Público mantém os seus critérios em relação ao destaque a dar as acções governativas, independentemente da equipa e do período, enquanto o DN aumenta consideravelmente essa atenção em 2004, período de vigência do Governo de Santana Lopes.

Este aumento por parte do DN em 2004 verifica-se, sobretudo, na quantidade de primeiras páginas em que há 3 referências ao Governo (em 2002 o DN tem 8 primeiras páginas com 3 referências e em 2004 tem 28). Por outro lado, é também um dado digno de registo o facto de nos 100 dias de 2002 em análise o DN ter 22 edições em que não

há referências ao Governo enquanto o mesmo só acontece em 3 das 100 edições de 2004. Há, claramente, por parte do DN, uma aposta em introduzir mais referências ao Governo de Santana Lopes do que aconteceu em relação ao Governo de Durão Barroso. Em relação ao diferente tipo de destaque adoptado pelos dois jornais (manchetes, segundos temas, chamadas e títulos), mais uma vez o Público mantém o seu padrão. Por seu lado, o DN aumenta, de 2002 para 2004, significativamente o número de títulos em que faz referência ao Governo (passa de 27 para 88), notando-se uma pequena diminuição na utilização de chamadas (de 94 para 77).

Quanto ao tom utilizado pelos dois jornais em relação aos dois Governos, entendeu-se que a melhor forma de analisar esta componente seria a de transformar as referências em percentagens. Isto porque, para além da comparação da quantidade de referências entre jornais em diferentes períodos, se considera que o facto de haver mais referências esse facto não é necessariamente positivo ou negativo. Importa, pois, clarificar.

Assim, verifica-se que:

1. Em 2002, das 180 referências do Público 12,2% foram positivas, 51,6% foram negativas, 11,1% foram neutras e 25% foram indefinidas.
2. Em 2002, das 148 referências do DN 12,2% foram positivas, 35,8% foram negativas, 29% foram neutras e 22,9% foram indefinidas.
3. Em 2004, das 186 referências do Público 10,2% foram positivas, 46,7% foram negativas, 10,2% foram neutras e 32,7% foram indefinidas.
4. Em 2002, das 250 referências do DN 13,6% foram positivas, 46,8% foram negativas, 7,6% foram neutras e 32% foram indefinidas.

Analisando estes dados, verifica-se que a abordagem do Público, também no tom dado aos assuntos que chama à primeira página, não varia muito entre 2002 e 2004. Por seu lado, o DN, para além de ter mais referências em 2004, nas 100 edições deste ano tem também mais referências com um tom negativo (passa de 35,8% para 46,8%). Outro dado que marca a diferença do DN entre o período de 2002 e o período de 2004 é a diminuição de referências neutras (passa de 29% para 7,6%).

Quanto à comparação entre os dois periódicos, relativa ao período de 2002, existe um padrão comum aos dois jornais na percentagem de referências positivas e indefinidas. As principais diferenças encontram-se nas referências negativas e nas referências neutras. O Público apresenta 51,6% de assuntos com um tom negativo enquanto o DN

faz o mesmo com 35,8% das referências. Por outro lado, do total de referências do Público 11,2% são neutras enquanto no DN se encontram 29% de referências com o mesmo tom.

Já no período de 2004, a análise dos dados mostra que as diferenças entre os dois jornais relativamente à percentagem de referências positivas, negativas, neutras e indefinidas é pouco significativa. Existem, aliás, muitas semelhanças. Em traços gerais, de 2002 para 2004 o Público diminuiu a percentagem de assuntos tratados na primeira página com um tom negativo enquanto o DN aumentou essa percentagem, ficando os dois jornais, em 2004, com uma percentagem semelhante (cerca de 47%).

Um cruzamento de dados entre o tom das referências e o assunto dos mesmos revela que, em 2002, em traços gerais, em ambos os jornais, as questões do Governo, as questões internas e os assuntos levantados por elementos externos ao Governo são os que dão origem a mais referências nas primeiras páginas. Por outro lado, também o Ministério da Educação e a polémica em volta da RTP têm presença assídua nas primeiras páginas de ambos os diários. Também em ambos jornais, o próprio Governo, a questão da RTP e os assuntos vindos do exterior são os que propiciam mais tratamentos com tom negativo.

A mesma análise relativa a 2004 revela que os dois jornais mantêm um comportamento semelhante entre si, embora os assuntos agora sejam diferentes, porque a actualidade também o era. Assim, verifica-se que tanto no Público como no DN grande parte das referências com um tom negativo têm origem no Ministério da Educação (constatação que se explica pela polémica em torno do Concurso dos Professores).

Transformados os valores globais em gráficos, surgem conclusões dignas de registo, nomeadamente no que diz respeito à utilização, ou não, de fotos. Numa primeira fase vai analisar-se o comportamento de cada um dos jornais nos dois períodos de tempo. Numa segunda fase a análise diz respeito à comparação dos dois jornais em cada um dos períodos.

Em relação às manchetes, o Público não difere muito nas suas opções tomadas em 2002 e em 2004. Ou seja, em ambos os períodos a prioridade é dada às manchetes sem foto negativas e às manchetes sem foto indefinidas. Já no que diz respeito aos segundos temas, a principal nota de registo é relativa às que têm foto e cujo tom é negativo: há uma descida significativa de 2002 para 2004. Por oposição, há um aumento na

utilização das chamadas sem foto com um tom negativo. Quanto aos títulos, de 2002 para 2004 há uma diminuição de títulos sem foto negativos e um aumento de títulos sem foto indefinidos.

Quanto à comparação entre as opções do DN em 2002 e 2004, verifica-se que há um aumento de manchetes negativas, sejam elas com foto ou sem foto. Esse aumento de referências negativas é igualmente assinalável nos segundos temas com foto, nas chamadas sem foto e nos títulos sem foto. No entanto, há também uma ligeira descida na utilização de títulos com foto negativos.

Na comparação dos dois jornais, verifica-se que em ambos os períodos ambos tanto o Público como o DN optam preferencialmente por manchetes sem foto e que, na passagem de 2002 para 2004, há um aumento de manchetes com tom negativo no DN. Quanto à utilização do segundo tema, a principal conclusão é que em 2002 o Público não tem segundos temas com foto positivos e o DN tem mais segundos temas neutros. Quanto às chamadas, a principal nota digna de registo é o facto de, de 2002 para 2004, as chamadas sem foto negativas do DN se aproximarem dos valores das chamadas sem foto negativas do Público. Quanto aos títulos, verifica-se que em 2002 o DN usava mais títulos com foto do que o Público, sobretudo negativos e neutros. Já em 2004 é o Público que mais faz esta mesma opção. Outra nota que importa evidenciar é que, em 2004 o DN tem consideravelmente mais títulos sem foto do que o Público e que estes são maioritariamente negativos e indefinidos.

5. Conclusões

Perante o que ficou exposto, verifica-se uma coerência do Público nas opções feitas em 2002 e em 2004. O que leva a concluir que, independentemente do líder do Governo, o padrão de comportamento deste jornal é idêntico. Para esta linha de continuidade pode ter contribuído, por um lado, a estabilidade ao nível da direcção do Público e, por outro lado, um não alinhamento em questões de reais ou alegados “estados de graça”.

Já o DN, na passagem de 2002 para 2004 aumenta significativamente a quantidade de referências à actividade governamental. No entanto, embora o director do DN no período de 2004 tenha sido um colaborador da coligação PSD/CDS, o certo é que este aumento de referências não assume um carácter necessariamente positivo. Pelo contrário, o que se verifica é que, percentualmente, em 2004 o DN tem mais referências negativas ao Governo do que tinha em 2002.

No tratamento genérico dos temas e no tom utilizado para cada um deles, verifica-se que os dois jornais, nos dois períodos, têm comportamentos semelhantes, apenas com as diferenças pontuais já marcadas, sobretudo por parte do DN. O que facilmente se poderá explicar por se tratarem de dois jornais de referência e que, portanto, terão perspectivas jornalísticas semelhantes na selecção e hierarquização da informação.

Quanto à alegada predominância da imagem e de assuntos negativos, este estudo mostra que nas primeiras páginas dos dois diários analisados a maioria dos assuntos relativos ao Governo são tratados sem foto. A excepção vai para as situações em que os assuntos são destacados como segundo tema. Quanto ao alegado “enviesamento negativista”, é certo que a maioria dos temas tem um tratamento com um tom negativo mas esta realidade não poder ser directamente apelidada de “enviesamento” por parte dos media. Ela resulta antes de um conjunto de medias políticas que são alvo de críticas e do facto de estas críticas encontrarem eco nos jornais.

Problematização

Existem, claramente, linhas de continuidade e de aproximação, quer na análise de cada jornal nos dois períodos em causa quer até na comparação dos dois jornais, embora o DN apresente diferenças consideráveis nalguns aspectos. Apesar de alguma descontinuidade entre 2002 e 2004, é visível no DN um padrão que apresenta semelhanças com o do Público, levando a concluir que ambos os diários se pautam por opções semelhantes no que toca à selecção e hierarquização da informação.

Provavelmente por considerarem que a actividade governativa é determinante, os dois jornais de referência analisados dão um destaque quase permanente e frequentemente considerável às medidas anunciadas e tomadas de posição assumidas pelos membros dos dois Governos que tomaram posse no quinquénio. Estará em causa, por um lado, a necessidade de manter informado, sobre questões de Governo, um público que se considera na faixa da classe média-alta e, por outro lado, uma suposta função de controlo. Embora grande parte das referências tenham ficado no campo das intenções (fruto da substituição e queda dos Governos em causa), o certo é que no momento em que foram anunciadas eram consideradas como medidas a concretizar. E os jornais marcaram a sua posição na divulgação dessas medidas, nomeadamente de denúncia. Ao contrário de uma leitura simplista que se poderia fazer, a presença quase permanente

dos Governos nas páginas dos dois diários de referência não passa pela notícia marginal nem pelas “tricas”.

A questão do tratamento dado em relação a assuntos que envolvem os media é uma questão pertinente. Enquanto as polémicas da RTP e da Lei da Televisão, ocorridas em 2002, tiveram uma repercussão apropriada nos dois diários de referência analisados, o mesmo já não se pode dizer em relação aos casos de comunicação ocorridos em 2004. O caso Marcelo poderá ser considerado uma excepção uma vez que neste estudo não pode ser analisado na sua plenitude (o seu início coincidiu com o fim do período de análise). No entanto, o caso da Central de Comunicação que o Governo de Santana Lopes pretendia criar passou praticamente ao lado dos primeiras páginas dos dois diários analisados. A ser concretizada, esta medida teria efeitos práticos no dia-a-dia dos media, nomeadamente nestes dois diários de referência que, como ficou mostrado, valorizam a actividade dos Governos. A dúvida que fica é a de saber se este alheamento por parte do Público e do DN em relação à Central de Comunicação terá sido deliberado, concretizando uma espécie de prenúncio.

Terminado o quinquénio e eleito um novo Governo, agora de um quadrante político diferente, resta saber que opções vão fazer os mesmos dois diários em termos de primeiras páginas. Importa estar atento às linhas aqui encontradas, procurando verificar se as tendências se mantêm. Caso contrário, importará procurar explicações.

Bibliografia

- Meneses**, João Paulo, *Tudo o que se passa passa na TSF*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.
Nery, Isabel, *Política & Jornais*, Lisboa, Celta, 2004.